

Um fio da meada: conflitos e tensões na indústria têxtil em Fortaleza (1987-1993)

FRANCISCO ALEXANDRE GOMES*

INTRODUÇÃO

Este trabalho está vinculado a pesquisa realizada no Mestrado em História Social da UFC¹, onde o foco da investigação se dirige para experiência e luta por direitos dos trabalhadores têxteis em Fortaleza, com ênfase nos operários da fábrica Finobrasa², entre os anos 1987 e 1991. O objetivo principal da pesquisa é identificar a natureza dos conflitos entre os trabalhadores e a empresa, bem como, analisar as circunstâncias em que os primeiros atuaram como sujeito coletivo³ durante a construção de uma greve que durou 23 dias em maio de 1988.

No presente texto, a ênfase recai sobre dois momentos da conflituosa relação entre trabalhadores e Companhia, a campanha de sindicalização iniciada em 1987 – os operários da Finobrasa eram proibidos de se filiarem ao Sindicato –, e a paralisação dos trabalhadores durante a campanha salarial da categoria em maio de 1991, neste episódio a direção da Companhia reagiu de forma despótica, quando estão centenas de trabalhadores foram coagidos a se desfiliarem do Sindicato.

Inicialmente investigo a campanha de sindicalização e a importância da mesma para organização dos trabalhadores, como por exemplo, na construção da primeira greve realizada na empresa, em maio de 1988 e em seguida analiso as circunstâncias em que os trabalhadores foram obrigados a se desfiliarem do Sindicato dos trabalhadores da indústria de fiação e tecelagem de Fortaleza (doravante, Sindicato dos têxteis).

* Mestrando em História Social – UFC, Bolsista CAPES. E-mail: franciscoalexandre.gomes@gmail.com

¹ A pesquisa denomina-se: “Um fio da meada: experiência e luta por direitos dos trabalhadores têxteis em Fortaleza (1987-1991)”, conta com apoio da CAPES e é orientada pela Professora Dra. Adelaide Gonçalves.

² A fábrica Finobrasa – Fiação Nordeste do Brasil S/A, localiza-se na Avenida Sargento Hermínio, nº 2965, no bairro de Monte Castelo, região Oeste de Fortaleza. A empresa foi fundada em dezembro de 1968, numa parceria entre empresários cearenses (famílias Otoch e Baquit) e paulistas (Grupo Vicunha), e começou a funcionar em abril de 1973. Durante os anos 1980 foi uma das maiores empresas do setor têxtil no Brasil, sua especialidade era a produção de fios. Atualmente a fábrica encontra-se desativada, pois teve suas atividades produtivas encerradas em meados de 2008.

³ Entendo este conceito a partir da reflexão de Eder Sader, para ele sujeito coletivo traz o “*sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas*”. SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiência e luta dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988., p. 55.

A CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO

Em 1987 na eleição do Sindicato dos têxteis, três chapas participaram do pleito, uma apadrinhada pelo presidente da entidade na época, Jonas Augusto Rocha; outra ligada ao Partido dos Trabalhadores – PT e apoiada pela então prefeita de Fortaleza, Maria Luíza Fontenelle; e mais uma encabeçada pelo trabalhador da fábrica Santa Cecília, Antonio Ibiapino da Silva. Esta última venceu o pleito.

A vitória de Antônio Ibiapino para presidente do Sindicato dos têxteis significou algumas mudanças na relação entre o Sindicato e a Finobrasa, pois a partir daquele momento o Sindicato dos têxteis modificou sua postura em relação aquela empresa. Era uma prática comum da Companhia, limitar e proibir a organização sindical dos operários. Era negado aos trabalhadores o direito de associação ao Sindicato, uma prática um tanto quanto absurda, quando se observa a época da qual trata a pesquisa, último quarto do século XX. A diretoria eleita em 1987 passou a combater de maneira veemente esta atitude inaceitável da empresa.

De acordo com Marcos Antônio Bezerra da Costa⁴, em meados dos anos 1980 os trabalhadores flagrados com materiais referentes ao Sindicato dentro da fábrica, passavam por vários constrangimentos e punições, como advertências, suspensões e demissões. A direção da empresa proibia a circulação, distribuição e fixação de todo e qualquer tipo de material ligado ao Sindicato. Os supervisores eram orientados a avisar aos operários do risco que corriam, se envolvendo com o Sindicato, pois estariam perdendo a oportunidade de ascender profissionalmente na empresa e, inclusive poderiam perder o emprego⁵.

Mesmo diante das ameaças e punições, os trabalhadores não se intimidavam e se filiavam ao Sindicato, passando a sofrer discriminação dentro da empresa. Várias restrições eram impostas aos sindicalizados: a não concessão de empréstimos, já que este benefício estava ligado ao aval dos supervisores imediatos dos trabalhadores. Para obter o benefício era necessário ser passivo, obediente e submisso. O trabalhador sindicalizado era considerado desobediente, portanto, desmerecedor do “auxílio”

⁴ COSTA, Marcos Antonio Bezerra. *Espaço e trabalho na indústria têxtil cearense*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2005. (Dissertação de mestrado em Geografia), p. 127. Marcos Antônio Bezerra Costa era supervisor de produção da fábrica Finobrasa na segunda metade dos anos 1980. Posteriormente ele fez graduação em Engenharia de Produção pela UFC e mestrado em Geografia pela UECE, em sua dissertação de mestrado ele faz algumas referências as relações entre o Sindicato dos trabalhadores têxteis, a Finobrasa e os trabalhadores.

⁵ Id., *ibidem.*, p. 127.

financeiro; se considerava que também não deviam merecer ascensão profissional e constantemente recebiam punições por escrito. Por fim eram demitidos, muitas vezes na condição de justa causa⁶.

Os trabalhadores sindicalizados eram vigiados de perto pelos supervisores e pelos próprios colegas, que recebiam promessas de promoções e benefícios caso revelassem as ações dos companheiros sindicalizados. Além da opressão sofrida enquanto continuavam trabalhando na Companhia, quando eram demitidos, os sindicalizados não se livravam da “maldição” da Finobrasa, sendo ela a maior empresa do setor têxtil do Estado do Ceará, exercia certa influência sobre as demais empresas do ramo, neste sentido eram repassadas para outras indústrias têxteis uma “lista negra”⁷ com informações negativas sobre os trabalhadores demitidos, o que praticamente determinava a exclusão daquele trabalhador do setor têxtil⁸.

No final da década de 1980 os têxteis da Finobrasa vivenciavam um clima crescente de insatisfação devido às difíceis condições de trabalho: salários defasados, não pagamento de abonos, trabalho aos domingos, falta de equipamentos de proteção, abuso de autoridade e maus tratos das chefias, demissões por justa causa na condição de faltas, entre outras. De acordo com Antônio Ibiapino, presidente do Sindicato dos têxteis, eleito em 1987, a luta dos trabalhadores da Finobrasa apresentava uma peculiaridade, além da melhoria das condições de trabalho, buscava-se também, o direito da sindicalização. Mas, o Sindicato dos têxteis só dispunha da porta da fábrica para realização de atividades sindicais, então este passou a “...ir na porta da fábrica, comprou um carro de som, a cultura de soltar um panfletinho, um jornalzinho todo mês, todo mês ou então com mais frequência, na época de campanha salarial”. (Entrevista com Antônio Ibiapino, 30/07/2008).

Conforme Evania Maria Oliveira⁹, após a mudança de direção no Sindicato dos têxteis, tornou-se comum

⁶ Id., ibidem., p. 128.

⁷ As listas negras com nomes e atitudes de trabalhadores indisciplinados eram utilizadas pelos industriais têxteis no Brasil desde os anos 1920. DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971. Apud. PAOLI, Maria Célia. Trabalhadores Urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história do trabalho brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite (Org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987, p. 74.

⁸ COSTA, Marcos Antonio Bezerra., p. 128.

⁹ SEVERIANO, Evania Maria Oliveira. *“A greve dos têxteis em maio/88 e sua repercussão no plano da consciência do operariado”*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1989. (Trabalho de conclusão de curso em Serviço Social). Evania Maria Oliveira, era aluna do curso de Serviço Social

*ouvir-se na porta da fábrica o Sindicato com sistema de som, repassar para o operariado análises do sistema de trabalho que enfrentavam, dando subsídios para entendimento da divisão de classes no sistema capitalista, e da escravidão a que eram submetidos, para o enriquecimento de uma pequena minoria da sociedade*¹⁰. (SEVERIANO, 1989: 20).

A direção da empresa percebeu que a estratégia do Sindicato estava surtindo efeito, e proibiu a realização de atividades sindicais no único local que era disponível ao Sindicato, a porta da fábrica. Como os sindicalistas insistiram nas manifestações, tiveram um carro de som quebrado e os primeiros trabalhadores que aderiram a campanha de sindicalização foram demitidos imediatamente¹¹. É importante registrar o grau de repressão praticado pela direção da Finobrasa, além de não permitir atividades sindicais dentro da fábrica, esta proibição foi estendida ao espaço público, a frente da empresa é um espaço entre a fábrica e a rua, portanto um local público.

Os discursos e os panfletos, que com muita dificuldade se realizavam e eram distribuídos na porta da fábrica despertaram a atenção dos operários a ponto deles se mobilizarem para participar de reuniões no Sindicato após o término de uma exaustiva jornada de trabalho. O Sindicato foi ganhando legitimidade junto aos trabalhadores e as reuniões passaram a contar com um número cada vez maior de operários¹². Para Eder Sader, em situações como estas é possível que se configure,

uma forte coesão interna e um reconhecimento pessoal construído à base da confiança entre seus membros. É a partir dessa sociabilidade primária que seus membros efetuam uma reelaboração das experiências cotidianas de existência, com categorias para criticá-las e referências para ações coletivas visando transformá-las. (SADER, 1988: 162).

Segundo Antônio Ibiapino, a luta pela sindicalização dos trabalhadores da Finobrasa se deu da seguinte forma:

Ao assumir a direção do sindicato (em 1987) fomos percebendo os problemas. Primeiro, a Finobrasa era a maior empresa do ramo, com aproximadamente três mil trabalhadores e só tinha quinze sócios, então fomos saber por quê? Informaram-nos que a empresa não permitia associação ao Sindicato e que aqueles seriam gradativamente demitidos, vimos também que todos os funcionários daquela empresa só eram desligados por pedido de demissão. Um

da UECE e estagiaria da Finobrasa, na época da campanha de sindicalização. Um ano depois (1989) ela fez seu trabalho de conclusão de curso sobre a greve da Finobrasa em 1988.

¹⁰ Id., *ibidem.*, p. 20.

¹¹ Arquivo do Sindicato dos têxteis, pasta de ofícios, 05/07/1993.

¹² SEVERIANO, Evania Maria Oliveira. Op. Cit., pp. 20-21.

dia eu perguntei a um demissionário o porquê, ele não quis falar e, assim os outros. Eu fui olhar as cópias dos demitidos nos últimos cinco anos, todos, sem exceção, haviam pedido demissão. Então eu tomei a decisão de ser extremadamente duro com os próprios operários e os obrigava a falar, do contrário, eu não fazia a rescisão, isso foi suficiente para eles falarem... primeiro nós tratamos de filiar os trabalhadores, isso não foi mérito meu, nem do sindicato somente, o Partido Revolucionário Comunista – PRC, a Pastoral Operária, o Sindicato dos metalúrgicos, o Padre Fernando Ferreira Pinto vigário do Carlito Pamplona e todo o movimento revolucionário da época foi de uma importância tremenda naquela luta. O PRC de forma disciplinada através do centralismo democrático deliberou como meta vencer todos os obstáculos. Então nós trabalhávamos de manhã, de tarde e de noite, fizemos as comissões de fábrica, fizemos os comandos secretos dentro da própria fábrica e tínhamos um forte comando externo representado pela diretoria do sindicato, esse atuava fora da fábrica. Desse modo em 90 dias nós filiamos 450 trabalhadores, foi um processo de agitação jamais visto neste Estado. Fomos a fábrica e obrigamos eles a receberem todas as filiações, nós nos apoiamos no grande número de sócios, como eles iriam demitir tanta gente. (Entrevista com Antônio Ibiapino, concedida em 30/07/2008).

A narrativa apresentada tem um profundo significado na reflexão sobre a experiência dos trabalhadores durante o período. Para Edward P. Thompson é necessário verificar o quanto as vivências são indispensáveis para o processo de auto-reconhecimento dos trabalhadores enquanto classe¹³. O relato de Ibiapino denota o processo de construção de uma luta e também de transformação dos costumes, o que permite pensar nos trabalhadores da Finobrasa se auto-reconhecendo enquanto classe, a partir de suas vivências, no “fazer-se” cotidiano¹⁴.

É interessante perceber que Ibiapino insere no processo, algumas instituições da sociedade civil como, por exemplo, partidos políticos, sindicatos e líderes progressistas da Igreja Católica em Fortaleza. Também evidencia a participação e a importância dos trabalhadores da Finobrasa, nas comissões de fábrica e nos comandos secretos dentro da fábrica. Porém, mesmo fazendo referência a importância desses atores, sua narrativa privilegia o papel do Sindicato, segundo ele, era na diretoria do Sindicato, externamente, que estava o comando, nítida estratégia de apresentar a instituição como protagonista das ações.

¹³ Entenda-se classe a partir das reflexões de E. Thompson, em seu livro: “*A formação da classe operária Inglesa: a árvore da liberdade. Vol. I*”. Nele o autor destaca o processo de criação de uma cultura de classe através das lutas sociais, do próprio movimento de fazer-se da classe. Esta não é uma categoria, e sim, uma relação. É um processo, a experiência em seu fazer-se. THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária Inglesa: a árvore da liberdade. Vol. I*. Tradução: Denise Bottman. 4ª. ed, Rio de Janeiro: Paz e terra, 2004.

¹⁴ Id., *ibidem.*, p. 09.

Antônio Ibiapino narra ainda, a dinâmica inicial da campanha de sindicalização e a façanha de conseguir um número significativo de novos sócios – quatrocentos e cinquenta – em apenas três meses, essa quantidade de filiados de uma só vez impediu a demissão dos trabalhadores sindicalizados, pois se a empresa fizesse isso, teria suas atividades produtivas prejudicadas.

Os conflitos entre o Sindicato e a empresa ganharam força durante a campanha de sindicalização e atingiram o ápice durante a primeira greve realizada na Finobrasa, em maio de 1988. A categoria dos trabalhadores têxteis do Estado do Ceará realiza sua campanha salarial no mês de maio. Em 1988 os patrões não cumpriram o que havia sido acordado com o Sindicato dos têxteis, quando então, os operários foram convocados a ir à greve¹⁵. Nesse período ficou evidente o clima tenso entre o Sindicato dos trabalhadores e a classe patronal, principalmente a direção da Finobrasa, a fábrica mais atingida pela greve, pois ficou completamente parada nos primeiros dias da greve¹⁶.

Na Finobrasa, a greve iniciou-se no dia 03 de maio. De acordo com Antônio Ibiapino, em 1988 os trabalhadores da Finobrasa fizeram várias reivindicações, mas elas não foram atendidas e a greve foi deflagrada.

Exatamente, a greve aconteceu porque haviam muitos problemas na fábrica, o primeiro deles era a demissão por justa causa, falta de equipamentos de proteção individual, liberdade e dignidade no local de trabalho, não recebiam atestado médico, ameaça de todo tipo, e assim por diante. Em maio de 1988 começamos a campanha salarial, fizemos uma grande propaganda pelo fim da justa causa, pela refeição de qualidade, pelos equipamentos de proteção individual de boa qualidade, pelo reconhecimento dos atestados médicos, pelo fim do assédio sexual e moral, na época não se conheciam a palavra assédio moral e sim perseguição, de qualquer modo nós já combatíamos esses abusos. Uma das principais reivindicações era naturalmente o aumento de salário. Na negociação quase todas as reivindicações foram negadas, daí a frustração e a revolta. (Entrevista com Antônio Ibiapino, concedida em 30/07/2008).

A agenda de reivindicações dos trabalhadores constava dos seguintes pontos: acréscimo de vinte por cento de ganho real em cima dos cem por cento de IPC, adicional de três por cento de produtividade, ganho adicional de insalubridade e periculosidade, fim das demissões por justa causa na condição de faltas, equipamento de proteção, fim do trabalho aos domingos. Portanto, uma pauta que inclui a demanda por

¹⁵ CARNEIRO, Ana Joeline. “*Fé e Política: A Pastoral Operária e a Greve da Finobrasa em Fortaleza-1988*”. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1995. (Trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais), p. 36.

¹⁶ Fortaleza, Tribuna do Ceará, 11/08/1988., p. 11.

reajuste salarial, acompanhada, de outras reivindicações, como as concernentes às condições de trabalho, ou aquelas que se referiam aos direitos garantidos por dispositivos legais, mas desrespeitados pelos patrões.

Inicialmente a greve teve adesão maciça dos trabalhadores. Como afirma seu Tarcísio Araújo:

Paramos geral... começamos a greve as dez da noite. Tem a turma que entra dez da noite e sai seis da manhã, essa turma não entrou. A turma que entrava as dez, ficou cem por cento fora. Quando chegou a turma que entrava às seis da manhã, o pessoal também não entrou. As duas ficaram cem por cento paradas. A turma que entrava duas da tarde, também ninguém entrou. Então os três turnos ficaram parados. Eu sei que passou os cinco primeiros dias assim. Ai com cinco dias começaram a furar a greve. O pessoal fura greve, você sabe o que é furar greve? É voltar a trabalhar. Mas os cinco dias, foi cem por cento de paralisação. Não entrava ninguém, aqueles que queriam entrar, a gente não deixava. (Entrevista com João Batista, concedida em 02/08/2008).

É importante frisar que mesmo existindo os *fura-greve*, não houve redução no nível de agitação e no ímpeto de mobilização dos trabalhadores que estavam em greve, pelo menos nos momentos iniciais¹⁷. Nos primeiros cinco dias, a greve teve cem por cento de adesão dos trabalhadores; pela primeira vez, a fábrica paralisou completamente, desde que iniciara as atividades produtivas em 1973. A paralisação modificou a rotina na Finobrasa, inclusive dos trabalhadores que não concordavam integralmente com o movimento, como é o caso de João Batista, para quem a

participação na greve era mais assim de, não vou dizer de apoio, mas era apoio, era realmente apoio porque eu não ia trabalhar. Nunca fui, no período todinho eu fiquei de fora. Mesmo sem fazer aqueles movimento, assim de passeata, essas coisas, a única passeata que eu fiz, foi da Igreja de São Judas até a 24 de Maio, que a gente foi para fazer um movimento lá em frente, foi o único que eu fiz, mas eu ia todo dia na igreja, assim para saber os assuntos, como tava acontecendo, informação até de quem furava a greve, isso aquilo outro... Porque na minha turma mesmo, teve colega meu que era na minha mesma situação, não era muito a favor e tal, esse pessoal não furou a greve e quando foram voltar ao trabalho, esse pessoal foi demitido. Rapaz, eu acho que foi importante, mas teve alguém que pagou, por isso. (Entrevista com João Batista, concedida em 02/08/2008).

Com a experiência de oito anos de trabalho na fábrica, João Batista acompanhou o desenrolar da greve. Em seu relato firma a importância do movimento e deixa claro que mesmo não apoiando diretamente, participou assiduamente da greve, pois não foi

¹⁷ SALES, Telma Bessa. Tecelões de histórias: trabalhadores têxteis e a greve de 23 dias. In: *anais do XXV Simpósio Nacional de História – ANPUH: história e ética*. Fortaleza: ANPUH-CE, 2009

trabalhar em nenhum dos 23 dias. Todos os dias “batia ponto” na Igreja de São Judas Tadeu, transformada em local de concentração dos grevistas. Sua restrição a greve refere-se à demissão dos colegas¹⁸, preço pago por alguns trabalhadores, inclusive pelos que não concordavam com o movimento paredista. Em certo sentido a interpretação que João Batista faz da greve, remete ao que afirma o antropólogo Gilberto Velho, para este último “um projeto coletivo não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham”. (VELHO, 1999: 41).

Depois de dezenove dias de paralisação, quatro trabalhadores entraram em uma *greve de fome*, uma forma de pressão contra a morosidade das negociações. Houve muita perseguição, violência e repressão policial. Mas houve também muitas manifestações de apoio e solidariedade da parte de vários setores militantes e socialmente engajados em Fortaleza. A greve dos têxteis da Finobrasa envolveu diversos segmentos como religiosos e políticos, expressando em níveis e formas diversas sua solidariedade: declarações na imprensa em repúdio à violência, apoio logístico e simbólico, participação nas passeatas e atos públicos, doação de objetos para o fundo de greve, alimentação aos grevistas e suas famílias durante o período em que os “braços ficaram cruzados”, entre outras ações.

Após várias tentativas frustradas de acordos, a greve chegou ao fim na tarde do dia 25 de maio. No dia 26 os trabalhadores retomavam a vida na fábrica. O movimento alcançou algumas conquistas: a não decretação de ilegalidade da greve, o pagamento dos dias parados (porém, descontados gradativamente em folha durante 03 meses), percentual de 05 por cento de produtividade, reajuste de 47 por cento do salário bruto, estabilidade de cinco meses para gestantes, além disso, questões como: adicional de insalubridade e periculosidade no trabalho, adicional noturno, entre outras, foram temas de debate em comissão paritária.

A nosso ver, a sindicalização dos trabalhadores da Finobrasa foi fundamental na construção da primeira greve realizada na empresa, pois contribuiu de forma significativa na organização dos trabalhadores. A sindicalização e a greve dos trabalhadores da Finobrasa fizeram parte de um contexto, onde o sindicalismo consolidou-se como ator social importante no cenário nacional, tanto na defesa dos

¹⁸ De acordo com Ana Joeline Carneiro, cerca de 800 trabalhadores foram demitidos pela Finobrasa, após o fim da greve. CARNEIRO, Ana Joeline. Op. Cit., p. 40.

interesses imediatos da classe trabalhadora, como na sua participação na luta pela democratização da sociedade brasileira e pela redução das desigualdades sociais.

Tudo indica que na proporção em que a relação entre o Sindicato e os trabalhadores da Finobrasa foi se estreitando, os conflitos e tensões na Finobrasa se tornaram mais expressivos e visíveis. A partir do momento em que a diretoria eleita em 1987 assumiu o controle do Sindicato, os atritos com a Finobrasa passaram a ocorrer constantemente.

“UM GRANDE GOLPE CONTRA O SINDICATO”

Se o contexto de redemocratização do final dos anos 1980 favoreceu a ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores da Finobrasa e a relação de forças entre trabalhadores e empresa começou a pender um pouco mais a favor daqueles, principalmente, após a participação direta do Sindicato dos têxteis que mudou radicalmente a postura de atuação a partir do momento em que uma nova diretoria assumiu o controle do Sindicato em 1987, logo no início da década seguinte uma investida conservadora da empresa veio por em xeque as conquistas dos trabalhadores, como por exemplo, a liberdade sindical.

Essa afirmativa pode ser confirmada pelo que ocorreu em 1991, neste ano o Sindicato estava realizando a campanha salarial dos têxteis, dentre as atividades programadas estava a adesão a greve geral organizada em nível nacional pela CUT. Em matéria publicada no jornal Tribuna do Ceará no dia 17 de maio de 1991, é possível identificar os preparativos da paralisação:

O trabalho de divulgação da greve geral está sendo executado em diversos bairros como: Antônio Bezerra, Carlito Pamplona, Messejana, Distrito Industrial, Castelão e Dias Macêdo... Algumas categorias já decidiram que irão paralisar suas atividades durante a greve geral... Segundo Antônio Ortins, Presidente da CUT – CE, afirmam aderir ao movimento os têxteis, trabalhadores das indústrias de confecções, metalúrgicos, previdenciários e ecetistas. Os telefônicos e várias outras categorias farão assembleias para discutir se participam ou não do movimento. Ortins informou ainda que ‘está sendo bastante difícil organizar os trabalhadores porque o medo das demissões e da repressão é verificado na maioria’. (Tribuna do Ceará, 17/05/1991: 10).

A adesão dos têxteis, referida por Antônio Ortins, pode ser confirmada ao examinarmos a ata da assembleia realizada pelo Sindicato dos têxteis em 21 de abril de 1991, dentre os pontos discutidos, esteve o da preparação para greve geral que estava

sendo programada para o mês de maio. A assembléia foi convocada de forma extraordinária com o objetivo

...de discutir os principais itens acerca da minuta de reivindicações e ao mesmo tempo conscientizar os trabalhadores na preparação da campanha salarial de 1991 e também a preparação da greve geral organizada pela Central Única dos Trabalhadores e ainda a comemoração do dia dos têxteis de Fortaleza. (Arquivo do Sindicato dos têxteis, pasta de atas das assembléias, 21/04/1991).

A data base para o reajuste salarial dos trabalhadores têxteis é o dia primeiro de maio. Em 1991 as negociações com os patrões começaram no início desse mês mais se alongaram até o período da greve geral. O principal impasse era de natureza econômica os trabalhadores exigiam um aumento de 75 por cento, mas os patrões assinalavam com um aumento de no máximo 45 por cento.

No dia 21 de maio, véspera da greve geral os trabalhadores têxteis fizeram uma manifestação em frente a sede da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC, onde também se localizava a sede do Sindicato da indústrias têxteis do Ceará (Sinditêxtil patronal). Os manifestantes fecharam a Avenida Barão de Studart, apresentando cartazes e dizendo palavra de ordem, enquanto uma comissão participava da quinta rodada de negociações com os patrões durante o mês. Em entrevista ao jornal Diário do Nordeste o sindicalista Waldemir Catanho afirmou que “se continuar o impasse a greve deverá sair logo”. (Diário do Nordeste, 22/05/1991: 14).

Em meio a campanha salarial os têxteis aderiram a greve geral, de acordo com o jornal Diário do Nordeste, o vice-presidente do Sindicato dos têxteis, Luís Pinheiro afirmou que como não houve acordo entre o Sindicato e os patrões:

Então a categoria decidiu começar a paralisação apartir das 21 horas de ontem (21/05/1991), em todas as empresas têxteis, começando pela Fiação Nordeste do Brasil (Finobrasa), bem como as empresas do Grupo Unitêxtil, fiação e tecelagem, Tomás Pompeu, Fiação Jangadeiro, Ceará têxtil, entre outras. Durante os dias paralisado haverá aglomerações principalmente nas portas da fábricas para uma maior conscientização do movimento¹⁹. (Diário do Nordeste, 22/05/1991: 14).

Como programado nos dias 22 e 23 de maio de 1991 houve a paralisação nacional e em Fortaleza. No setor têxtil a primeira fábrica a paralisar seria a Finobrasa, inclusive antes do início da greve em nível nacional. De acordo com entrevista de

¹⁹ Fortaleza, Diário do Nordeste, 22/05/1991., p. 14.

Antônio Ibiapino publicada no jornal Tribuna do Ceará, no dia 22 os trabalhadores de alguns setores da fábrica entraram em greve, no primeiro dia da greve geral cerca de 70 por cento dos trabalhadores da Finobrasa aderiram ao movimento, porém, no dia 23 nenhum trabalhador aderiu a greve. Para o sindicalista, este fato só vinha confirmar a opressão que os trabalhadores daquela empresa comumente eram vítimas²⁰.

Mesmo com a adesão parcial dos trabalhadores e apenas no primeiro dia da greve, a reação da Finobrasa foi imediata e atingiu aos trabalhadores em geral; primeiro aos que faziam parte da diretoria do Sindicato. Os sindicalistas Expedito Alves Pereira, Valdemir Catanho da Sena Júnior, Damião Matos Coelho e Maria Nireuda Mesquita, diretores do Sindicato na época, foram demitidos. Três deles foram reintegrados ao quadro de funcionários da empresa, via Justiça do Trabalho, porém um deles, um mês após a paralisação continuava demitido, pois havia perdido em primeira instância a ação movida contra a Finobrasa na Justiça do Trabalho²¹.

Em paralelo a demissão dos sindicalistas, a repressão se estendeu aos demais trabalhadores. Os supervisores da Companhia avisaram aos operários que eles tinham até o dia 1º de julho para se desfiliarem do Sindicato. Caso não o fizessem, perderiam todos os benefícios que ela “oferecia” aos trabalhadores. Dentre os benefícios estava a compra de gêneros de primeira necessidade na cooperativa da empresa com 40% de desconto; compra de medicamentos nas farmácias conveniadas, também com descontos e pagamento descontado em folha; acesso a atendimento médico-odontológico pelo plano de saúde; auxílio funeral; material escolar para os filhos; empréstimos com pagamentos divididos em até quatro parcelas, entre outros.

Por conta da ameaça, somente nos três primeiros meses após a greve geral de 1991, cerca de 789 trabalhadores se desfiliaram do Sindicato²². Tendo em vista o fato, o Sindicato foi para porta da fábrica, como em 1988 na campanha de sindicalização, com carro de som dizendo palavras de ordem e orientando os trabalhadores a destruírem a sede da cooperativa, símbolo da dominação que a empresa mantinha sobre os trabalhadores, por meio da política de benefícios.

De acordo com Evania Maria Oliveira, quando da deflagração da greve, de 1988, a direção da empresa não acreditava no poder mobilizador do Sindicato e pouco fez para

²⁰ Fortaleza, Tribuna do Ceará, 24/05/1991., p. 10.

²¹ Arquivo do Sindicato dos têxteis, pasta de ofícios, 26/06/1991.

²² Arquivo do Sindicato dos têxteis, pasta de ofícios, 05/07/1993.

atender as reivindicações, mesmo diante da iminência de uma paralisação²³. Porém, em 1991, as coisas foram diferentes, a empresa já conhecia a importância política do movimento sindical, então procurou minar a atuação do Sindicato, desqualificando a imagem do mesmo perante os operários. A empresa emitiu um comunicado que foi distribuído entre os trabalhadores com o seguinte título: “*A bem da verdade*”. No comunicado a Companhia qualificava de irracional a atitude dos sindicalistas que ao invés de procurarem o diálogo com a empresa, estavam procurando destruir um patrimônio que era dos trabalhadores, ou seja, a sede da cooperativa²⁴.

No informativo lia-se que a Finobrasa fazia um grande investimento para manter os benefícios, sendo que para os trabalhadores isso implicava em quase nenhum ônus. Numa nítida estratégia de apresentar os benefícios como dádivas que deveriam ser agradecidas pelos trabalhadores, através da fidelidade e da obediência.

O documento expedido pela empresa afirmava ainda que os trabalhadores filiados ao Sindicato pagavam uma taxa muito alta, e o pior não tinham nenhum retorno, já que os recursos do Sindicato eram utilizados para realização de “atividades de cunho político-eleitoral e para, como estão fazendo agora, perturbar e prejudicar esses mesmos trabalhadores dos quais se diz protetor”. (Comunicado expedido pela Finobrasa, 03/07/1991). Para Eder Sader atitudes como a tomada pela Finobrasa expressam o despotismo da classe empresarial que costuma “pulverizar os trabalhadores, aguçando os mecanismos de concorrência entre eles, de abandono de qualquer veleidade de resistência sindical e de integração às políticas patronais”. (SADER, 1988: 74).

Nesta mesma linha de raciocínio, temos os estudos de José Sergio Leite Lopes²⁵ e de Paulo Fontes²⁶, ambos apontam que a concessão de benefícios aos trabalhadores por parte das empresas constitui-se em um trunfo empresarial fundamental para os momentos em que é necessário legitimar a dominação²⁷. Na Finobrasa não foi diferente, em 1991 a empresa utilizou-se desse trunfo, os benefícios, para impor a sua vontade e obrigou os trabalhadores a se desfilarem da entidade sindical.

²³ SEVERIANO, Evania Maria Oliveira. Op. Cit., p. 21.

²⁴ Arquivo do Sindicato dos têxteis, pasta de documentos avulsos, comunicado da Finobrasa, 03 de julho de 1991.

²⁵ LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

²⁶ FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Trabalhadores e Cidadãos. Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997.

²⁷ Id., *ibidem.*, p. 70.

Mas a reação do Sindicato, diante da atitude despótica da empresa, que obrigou os trabalhadores a se desfiliarem, não se restringiu a ir a porta da fábrica, a direção do Sindicato foi a Polícia Federal registrar uma queixa contra a Finobrasa, acusando-a de crime contra a organização da classe trabalhadora. A Polícia Federal instaurou um inquérito e dois dirigentes da Finobrasa foram indiciados, o chefe de recursos humanos, Flávio Menezes e o superintendente geral, Nahmi Jereissati²⁸.

Mesmo havendo o indiciamento dos diretores, a Finobrasa não foi punida pelas desfiliações. Cheguei a esta conclusão após encontrar ofícios expedidos pelos membros da diretoria do Sindicato em 1993, pedindo que houvesse uma mobilização entre os trabalhadores no sentido de se chegar a uma conclusão do inquérito, pois em agosto de 1993 ele completaria dois anos, caso não fosse concluído, iria prescrever e a Finobrasa não seria punida.

Buscando uma solução para o caso, a diretoria do Sindicato conclamou os sócios a enviarem telegramas a Superintendência da Polícia Federal no Ceará, a Procuradoria Geral da República, ao Governo do Estado, ao jornal O Estado e ao jornal Tribuna do Ceará. Solicitaram ainda, que os trabalhadores se articulassem com outras entidades da sociedade civil fortalezense para que estas fizessem o mesmo²⁹. Para estratégia ter mais coerência o Sindicato elaborou um texto padrão para os telegramas, e distribuiu entre os trabalhadores. No telegrama enviado a Polícia Federal, por exemplo, lê-se:

Solicitamos em nome da sociedade civil, urgência na tramitação do inquérito 530/91 como forma de evitar a extinção da punibilidade através da prescrição penal. Salientamos confiança no trabalho de V. Sia. , razão pela qual esperamos o envio imediato do inquérito a Justiça Federal. (Arquivo do Sindicato dos têxteis, pasta de ofícios, 01/07/1993).

Ao que tudo indica, esta estratégia do Sindicato, também não obteve sucesso, é provável que o processo tenha prescrito e a Finobrasa não tenha sido punida.

CONCLUSÃO

A luta dos trabalhadores da Finobrasa contra falta de liberdade sindical ocorreu ao mesmo tempo em que várias outras categorias realizavam mobilizações pelo Brasil. Como aponta Marco Aurélio Santana, os anos de 1980 foram marcados,

²⁸ Atente-se ao fato do superintendente geral da Finobrasa, Nahmi Jereissati, ser primo do então Governador do Estado do Ceará, Tasso Ribeiro Jereissati.

²⁹ Arquivo do Sindicato dos têxteis, pasta de ofícios, 05/07/1993.

pela ascensão do movimento dos trabalhadores e sua reaparição na cena política nacional. Em pleno período de esgotamento do regime militar e início da redemocratização, com sua articulação nacional de norte a sul do país em centrais sindicais, e um sem número de greves – locais e nacionais, específicas e gerais –, abrangendo categorias as mais diversas, pode-se dizer que política e organizativamente, essa foi uma “década sindical”, numa dinâmica de transição democrática, reorganização e mobilização da sociedade brasileira em geral. (SANTANA, 2004: 02).

Os conflitos e tensões na Finobrasa fizeram parte de um contexto de luta por direitos civis e políticos, inclusão social e melhores condições de vida e trabalho. Luta que tinham se tornado mais visíveis, desde o final dos anos 1970, com o surgimento de grupos ativistas e militantes de causas como ecologia, mulheres, indígenas, homossexuais, ao lado do “ressurgimento” dos movimentos de trabalhadores urbanos e rurais e a luta pela reforma agrária³⁰. Naquela época o cotidiano dos brasileiros tornou-se permeado de vozes, músicas, reuniões, encontros, greves e repressão, enfim, um processo complexo, alimentado pela crença em um país melhor para todos³¹.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis Cabral. *O novo sindicalismo e o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *O Confronto Operário no ABC Paulista: as greves de 1978/80*. 2ª. ed, Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

APOLINÁRIO, Valdênia. *Reespecialização industrial, emprego e práticas trabalhistas e ambientais: o caso da Vicunha Têxtil S/A*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. (Tese de doutorado em Engenharia de Produção).

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no Mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

CARNEIRO, Ana Joeline. “*Fé e Política: A Pastoral Operária e a Greve da Finobrasa em Fortaleza-1988*”. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1995. (Trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais).

COSTA, Marcos Antonio Bezerra. *Espaço e trabalho na indústria têxtil cearense*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2005. (Dissertação de mestrado em Geografia).

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Trabalhadores e Cidadãos. Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997.

LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

³⁰ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no Mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

³¹ SALES, Telma Bessa. Op. Cit.

PAOLI, Maria Célia. Trabalhadores Urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história do trabalho brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite (Org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987, pp. 53-101.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiência e luta dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALES, Telma Bessa. Tecelões de histórias: trabalhadores têxteis e a greve de 23 dias. In: *anais do XXV Simpósio Nacional de História – ANPUH: história e ética*. Fortaleza: ANPUH-CE, 2009.

SANTANA, Marco Aurélio. Memórias de aço: trabalho e luta na fala dos metalúrgicos do Sul fluminense. Volta Redonda nos anos 1980. In: *anais do XI Encontro Regional de História – ANPUH- Rio: democracia & conflito*. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2004.

SEVERIANO, Evania Maria Oliveira. “*A greve dos têxteis em maio/88 e sua repercussão no plano da consciência do operariado*”. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1989. (Trabalho de conclusão de curso em Serviço Social).

THOMPSON. Edward Palmer. *A formação da classe operária Inglesa: a árvore da liberdade*. Vol. I. Tradução: Denise Bottman. 4ª. ed, Rio de Janeiro: Paz e terra, 2004.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose*. 2ª. ed, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.